



EDITAL SMOBI/SUDECAP 002/2022

Resultado Preliminar da Primeira Etapa (prova objetiva)

A Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP divulga o gabarito provisório e o resultado preliminar da prova objetiva do 2º Processo Seletivo para contratação de estagiários de pós-graduação em Direito, regido pelo Edital SMOBI/SUDECAP 002/2022.

O gabarito provisório e o resultado preliminar constam, respectivamente, do anexo I e II deste documento.

Na forma do Item 4.7.4 do Edital, apenas serão convocados para a Segunda Etapa os 30 candidatos mais bem classificados na prova objetiva, inclusive os empatados na última colocação. Por esse critério, considerando o gabarito provisório, a nota de corte foi de 10 pontos, conforme item 4.7.3 do Edital. Eventuais critérios de desempate serão aplicados apenas no resultado final.

A interposição de recurso contra o resultado preliminar deve obedecer ao disposto no Edital SMOBI/SUDECAP 002/2022.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2022.

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel
Diretor Jurídico da SUDECAP
Presidente da Comissão



ANEXO 1 – GABARITO PROVISÓRIO

PROVA OBJETIVA – Aplicada em 16.08.2022

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre as prerrogativas da Advocacia Pública no tocante às suas intimações, de acordo com o estabelecido no Código de Processo Civil:

- a) **Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus respectivos advogados, com o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, não podendo a grafia dos nomes das partes e dos advogados conter abreviaturas.**
- b) Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos Advogados Públicos indicados, o seu desatendimento não implicará nulidade, salvo se demonstrado prejuízo à Fazenda Pública.
- c) A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em cargo pela Advocacia Pública implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, salvo se pendente de publicação.
- d) É facultado somente aos Advogados Públicos promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.

***GABARITO: A**

Questão 02

Assinale a alternativa que reflete **CORRETAMENTE** o entendimento dos Tribunais Superiores e o disposto no Código de Processo Civil acerca dos honorários advocatícios sucumbências em face da Fazenda Pública:

- a) Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios, mas eventual recurso interposto contra a sentença proferida nesta ação poderá gerar a condenação ao pagamento desta verba sucumbencial.



- b) Os honorários sucumbências, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.
- c) Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, desde que não embargadas.
- d) **Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnado.**

***GABARITO: D**

Questão 03

Assinale a alternativa **CORRETA** com relação à atuação da Fazenda Pública em juízo, nos termos do Código de Processo Civil e do entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) As perícias requeridas pela Fazenda Pública deverão ser realizadas por entidade pública ou ter seus valores pagos ao final pelo vencido.
- b) A participação da Fazenda Pública no processo não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público, mas ele deve intervir, obrigatoriamente, em todas as ações de desapropriação.
- c) **É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo.**
- d) O prazo para a Fazenda Pública impugnar o cumprimento de sentença é contado em dobro, nos termos do que dispõe o Código de Processo Civil.

***GABARITO: C**

Questão 04

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da modificação de competência, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum as partes ou a causa de pedir. Os processos de ações conexas sempre serão reunidos para decisão conjunta.
- b) **Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.**
- c) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e o pedido, mas a causa de pedir de uma, por ser mais ampla, abrange a das demais.



- d) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

***GABARITO: B**

Questão 05

No tocante às Normas Fundamentais do Processo Civil e da Contestação, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil, estão **CORRETAS** todas as alternativas, **EXCETO**:

- a) Salvo as exceções previstas em lei, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- b) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- c) Estão excluídas da ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão o julgamento de embargos de declaração e as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.
- d) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado público, ao advogado dativo e ao curador especial.**

***GABARITO: D**

Questão 06

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre os meios de impugnação das decisões judiciais e a concessão de tutela de urgência contra a Fazenda Pública:

- a) Quando o resultado do agravo de instrumento for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.
- b) Não se afigura cabível contra a Fazenda Pública medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.**



- c) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela Fazenda Pública antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado desde que haja ratificação.
- d) Da sentença que fixar o preço da indenização, em ação de desapropriação, caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado ou pelo expropriante.

***GABARITO: B**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 07

Pedro César tomou conhecimento que a praça pública próxima à sua residência será fechada por interesses escusos, posto que no terreno, cuja propriedade foi transferida ilegalmente para um particular, será erguido um complexo de edifícios que beneficiará o Secretário Municipal com um apartamento. Segundo a Constituição Federal, visando anular o ato lesivo que teve notícia, Cassio poderá propor:

- a) Ação Civil Pública, a ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- b) Mandado de Segurança, a ser proposto no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- c) Habeas Data, cuja propositura é gratuita.
- d) **Ação Popular, com isenção de custas e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.**

***GABARITO: D**

Questão 08

Considere a seguinte situação hipotética: edital de licitação, na modalidade concorrência, é publicado pelo Município, contendo cláusulas que violam normas constitucionais, criando diferenças prejudiciais a certas classes de licitantes, como micro e pequenas empresas. Em termos de controle concentrado de constitucionalidade, considerando que os demais requisitos cabíveis foram preenchidos, é correto afirmar que a ação cabível, no caso em tela, será a:

- a) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.**



- b) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- d) Reclamação Constitucional.

***GABARITO: A**

Questão 09

Acerca do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta subscrita pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros e, caso aprovada, seguirá para sanção.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.**

***GABARITO: D**

Questão 010

Clara, na defesa de seus direitos, procura uma repartição pública e solicita uma certidão sobre dados pessoais, a qual lhe foi negada sem qualquer fundamento, embora fizesse jus à sua obtenção. Em seguida, Jorge procurou a referida repartição, buscando, por outro lado, acesso a informações de interesse coletivo, geral, também não obtendo êxito em seu pleito. Com por base no exposto, e valendo-se das disposições acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Clara poderá se valer do mandado de segurança para obter a certidão de seu interesse, a qual depende de capacidade postulatória para sua propositura.
- b) Jorge poderá impetrar habeas data para acessar as informações que buscava na mencionada repartição.



- c) Clara poderá se valer do habeas data para obter a certidão com os dados relativos à sua pessoa, sendo a ação gratuita.
- d) Tanto Clara quanto Jorge poderão se valer do habeas data para obter os respectivos pleitos, independentemente da constituição de advogado.

***GABARITO: C**

Questão 11

Acerca do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Na ADI, ADC e ADPF, a causa de pedir é aberta, razão pela qual não se lhes aplica o princípio da adstrição.
- b) A legitimidade do Governador e das Assembleias Legislativas dos Estados, para a propositura das ações do controle de constitucionalidade é universal.
- c) As sessões de julgamento das ações do controle de constitucionalidade serão instaladas mediante a presença da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e a decisão de declaração de inconstitucionalidade deverá ser tomada pela maioria relativa dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

***GABARITO: A**

Questão 12

No que concerne ao Município e sua disciplina normativa pela Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do respectivo Estado.
- b) A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, poderá ser realizada através de manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado municipal.



- c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- d) **As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.**

***GABARITO: D**

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 13

Acerca dos institutos da intervenção do Estado na propriedade, analise as assertivas e julgue os itens:

- I) Utilização transitória e cogente de bens ou serviços, diante de perigo público iminente, indenizável a posteriori, a fim de atender o princípio da continuidade do serviço público é uma forma de intervenção do Estado na propriedade conhecida como reversão de bens.
- II) Com vistas a construir uma nova praça pública, com ginásio esportivo e instalações para o lazer de crianças, o Município "X" desapropria diversos imóveis comerciais. Jackson, empresário que teve a maior parte do seu empreendimento comercial desapropriado, exige que o Poder Público o indenize também pelo restante do terreno, que não foi incluído na desapropriação. Jackson argumenta que a pequena área restante é inócuia, após a expropriação da maior parte da área comercial. A respeito da situação descrita, é correto afirmar que Jackson poderá pleitear direito à extensão da desapropriação.
- III) A instituição de direito real de natureza pública que estabelece para o proprietário a obrigação de suportar um ônus parcial sobre imóvel em favor de um serviço público ou obra pública a ser executada no imóvel, é denominada ocupação temporária.
- IV) O Município de Cruz das Almas, tendo desapropriado um imóvel para a instalação da sede da prefeitura e, necessitando realizar obras de reparo no prédio, instala em terreno vizinho, não edificado, de propriedade de Mário, o canteiro de obra necessário a realização dos reparos. Considerando apenas os fatos descritos acima a figura de intervenção utilizada pelo Município é a servidão administrativa.
- V) O tombamento é uma forma de intervenção na propriedade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro. Em relação aos efeitos do tombamento, é possível



afirmar que: o tombamento impede o proprietário de gravar o bem livremente através de penhor, anticrese ou hipoteca.

VI) O Município de Cruzeiro foi assolado por chuvas que provocaram o desabamento de várias encostas, que abalaram a estrutura de diversos imóveis, os quais ameaçam ruir, especialmente se não houver imediata limpeza dos terrenos comprometidos. Diante do iminente perigo público a residências e à vida de pessoas, o Poder Público deve, prontamente, utilizar maquinário, que não consta de seu patrimônio, para realizar as medidas de contenção pertinentes. A adequada modalidade de intervenção na propriedade privada para a utilização do maquinário necessário é a requisição administrativa.

- A) As assertivas III e IV estão corretas.
- B) As assertivas III e V estão corretas.
- C) As assertivas I e II estão corretas.
- D) As assertivas II e VI estão corretas.**

***GABARITO: D**

Questão 14

Sobre os institutos da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta:

- A) Direito de preferência do ex-proprietário de rever o bem expropriado que não foi utilizado ou o foi em finalidade não pública, configurando o desvio de finalidade, a chamada tredestinação ilícita. Garante ao particular o direito de exigir o imóvel expropriado de volta, e só se caracteriza quando o Estado não der a destinação determinada no ato expropriatório, e também não atender a outra finalidade pública. Nesse caso, pode o particular pedir o imóvel de volta, salvo se já tiver sido incorporado ao patrimônio público. Essa assertiva refere-se ao instituto da retrocessão.**
- B) O decreto expropriatório no caso de desapropriação por necessidade pública caduca em dois anos, contados da declaração da desapropriação.
- C) O Supremo Tribunal Federal possui entendimento no sentido de que o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tombem bens de propriedade da União.
- D) Os institutos da intervenção do Estado na propriedade têm como único fundamento o descumprimento da função social da propriedade.



***GABARITO: A**

Questão 15

O mundo e também o Brasil tem enfrentando período de grande desequilíbrio financeiro, o que tem se refletido nos contratos celebrados pela Administração. Acerca das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- A) A nova lei de licitações (Lei nº 14.133, de 2021) prevê o reajuste como instrumento para reequilibrar o contrato diante da ocorrência de álea extraordinária, decorrente da teoria da imprevisão, fato do princípio ou fato da Administração.
- B) A figura da repactuação, inicialmente criada pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, foi incorporada ao texto da Lei nº 14.133, de 2021 e se apresenta como modalidade de reajuste voltada à adequação dos preços de contratos com predominância de mão-de-obra.**
- C) A ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis dá margem à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual se dará mediante autorização unilateral da Administração.
- D) A Lei nº 14.133, de 2021 limita a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da teoria da imprevisão (álea econômica extraordinária e extracontratual) ao período mínimo de 12 meses após a assinatura do contrato.

***GABARITO: B.**

Questão 16

João é agente público da Empresa Pública “FORÇA E LUZ”, pertencente ao Estado “Tapajós”, e ocupa o cargo de Engenheiro Mecânico. Com base nestas informações e no regime jurídico aplicável a João, assinale a alternativa que melhor se adapta ao regime jurídico dos agentes públicos das empresas estatais.

- A) Supondo que João foi aprovado no concurso de outra empresa pública, denominada “Grande Tapajós”, para o cargo de assistente administrativo, havendo compatibilidade de horários ele poderá acumular os dois cargos.
- B) Caso João tenham divergências com a empresa quanto à regularidade de seus pagamentos, ele poderá propor ação na Vara da Fazenda Pública Estadual, por se tratar de empresa pública estadual.



- C) Por se tratar de empresa pública estadual, o salário de João poderá superar o teto remuneratório, tendo como única condição o fato de que a empresa “FORÇA E LUZ” não receba verbas do Estado para pagamento de pessoal e custeio.
- D) João, por ser agente público aprovado em concurso, possui estabilidade funcional e somente poderá ser demitido mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja garantida ampla defesa e contraditório ou mediante processo judicial.

***GABARITO: C**

Questão 17

Mário é agente público da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). Em sua rotina de fiscalização, compareceu à empresa “Hungry and Food Ltda.” e verificou graves irregularidades no processo de fabricação dos alimentos, as quais colocavam em risco a saúde dos consumidores. Dentre as atitudes abaixo, qual delas seria a mais adequada a ser tomada por Mário.

- A) Expedir autuação por meio de multa pecuniária à empresa, datada do dia ocorrência, e aguardar decisão judicial para a suspensão das atividades da empresa, já que neste caso o poder de polícia administrativa não possui o requisito da autoexecutoriedade.
- B) Notificar a empresa das irregularidades constatadas, da possibilidade de aplicação de multa e suspensão das atividades da empresa, concedendo-lhe prazo para ampla defesa e contraditório e/ou saneamento das irregularidades, já que o Poder de Polícia Administrativa, neste caso, não possui o requisito da autoexecutoriedade.
- C) Determinar a imediata suspensão das atividades da empresa, utilizando-se, se necessário, de força policial, até que sobrevenha demonstração do saneamento das irregularidades constatadas, a ser apurado em nova fiscalização. Quanto à multa, a empresa deverá ser notificada da possibilidade de sua aplicação, com a garantia da ampla defesa e contraditório.
- D) Comunicar ao chefe para que, por meio da Advocacia Pública se promova a ação adequada para suspensão das atividades da empresa, haja vista a ausência de autoexecutoriedade para o caso. Quanto à multa, deverá notificar a empresa da possibilidade de sua aplicação, garantido-se-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório.

***GABARITO: C**



Questão 18

Existem várias hipóteses em que a Administração Pública realiza intervenção na propriedade particular e no domínio econômico. Destacamos, abaixo, três hipóteses. Analise a validade de cada uma, como certas ou erradas:

I – O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante justa indenização prévia, em dinheiro.

II – Os bens públicos não são factíveis de desapropriação.

III – Uma empresa pública declara um bem imóvel como de utilidade pública e inicia os procedimentos para sua desapropriação. Os proprietários não aceitam o negócio jurídico e apresentam oposição, em razão da incompetência da empresa em declarar a utilidade pública, o que está correto.

Após analisa-las, assinale a ÚNICA alternativa correta:

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.**
- D) As afirmativas I, II e III estão corretas.

***GABARITO: C**

Questão 19

Com relação à responsabilidade civil na atuação estatal, considere as seguintes afirmações:

I – Em ação de responsabilidade por dano causado a particular, o ente público réu pode buscar a responsabilização do agente público autor do dano, por meio da nomeação à autoria.

II – O regime de responsabilidade objetivo da pessoa jurídica prestadora de serviços públicos pelos danos que causar em razão de sua atividade se aplica tanto em favor de usuários do serviço prestado quanto em favor de terceiros não usuários.

III – A absolvição do agente público causado de dano a particular, na esfera penal, nem sempre impede sua responsabilização perante a Administração, em ação regressiva.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II
- B) II e III**



- C) I e III
- D) II

***GABARITO: B**

Questão 20

A respeito do novo regramento das licitações previsto na Lei nº 14.133, de 2021, julgue as assertivas abaixo:

I – A modalidade de licitação Concorrência e Pregão adotam, como regra, a forma eletrônica, sendo que é procedimento comum a elas a apresentação inicial das propostas (com ou sem lances) e, ao final, analisa-se a documentação de habilitação da empresa que esteja em primeiro lugar.

II – A contratação de obras e serviços de engenharia tem, como regra, a forma de julgamento de técnica e preço.

III – Tanto na contratação integrada quanto na semi-integrada a Administração não possui o Projeto Básico, devendo ser a empresa vencedora da licitação responsável por elaborá-lo, juntamente com o projeto executivo.

Está correto o que se afirma em:

- A) I
- B) I e II
- C) II e III
- D) I e III

***GABARITO: A**



ANEXO 2 – RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

#	NOME	TOTAL	Q. 1 /1	Q. 2 /1	Q. 3 /1	Q. 4 /1	Q. 5 /1	Q. 6 /1	Q. 7 /1	Q. 8 /1	Q. 9 /1	Q. 10 /1	Q. 11 /1	Q. 12 /1	Q. 13 /1	Q. 14 /1	Q. 15 /1	Q. 16 /1	Q. 17 /1	Q. 18 /1	Q. 19 /1	Q. 20 /1
1	MARINA PINHEIRO VIGGIANO	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	MARIA LUIZA DE MOURA SEVERO	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	PÂMELA ROBERTA OLIVEIRA CORRÊA	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	ROMINA DIANA FLORES CHOQUE	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	RAYSSA DE ASSIS OLIVEIRA	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6	FELIPE DA CRUZ DELBONI	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	FLAVIA FANTAGUZZI DE ALMEIDA NASCIMENTO	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	GUSTAVO ROCHA VITAL GONÇALVES	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	LUCAS FELIPE VIEIRA DE SOUZA	20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	ROBERTA PEREIRA DOS SANTOS	19	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
11	ALCINO AUGUSTO DOS SANTOS NETO	19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
12	LARISSA RIBEIRO DOS SANTOS	19	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
13	CLARA FARNEZI VELOSO OLIVEIRA	19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
14	VITÓRIA DE DEUS PRUDENTE	19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
15	SABRINA BARROSO DE FREITAS	17	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
16	BÁRBARA DE SOUSA LIMA MELO	17	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
17	IZABELLA PAULA PEREIRA REIS	16	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0
18	THIAGO NICOLI SANTOS	16	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1
19	BRUNA STEHLING SCHIRMER	16	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1
20	KARLA NAYARA MARTINS DOS SANTOS	15	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
21	FERNANDA GARRÔCHO DE FARIA MELO	15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0
22	BRUNA VIEIRA	15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1
23	GABRIELA FERNANDA DE SOUZA MOREIRA	15	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1



24	MARIA TEREZA FONSECA ANTUNES	15	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1
25	ANA ELISA TEIXEIRA GONÇALVES	15	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1
26	RUTE STÉFANE TEIXEIRA GONÇALVES	15	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1
27	MARA DALILA DE CASTRO SOUZA MARQUES	14	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1
28	DÉBORA PEREIRA	14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1
29	LUCAS PIMENTEL DA SILVA	14	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1
30	AMANDA REIS DA SILVA	14	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0
31	CAROLINA SOUZA ALVES	14	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1
32	VERÔNICA OLIVEIRA SOUZA	13	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	1
33	RAÍSSA ANDRÉ DA SILVA	13	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0
34	LORENA SANTOS E SOUZA	13	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1
35	MARIANNE ALVES SIQUEIRA E SOARES	13	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1
36	LORENA MARIA MANINI BENAVIDES	13	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1
37	RAÍSSA NAIADY VASCONCELOS SANTOS	13	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	0	1
38	LUCCA BERNARD GUIMARAENS GONZALEZ	12	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1
39	CÁSSIA REGINA PENA	12	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1
40	DIVINA D' ARC EVANGELISTA SILVA	12	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1
41	JÚLIA TOFFOLO DE QUEIROZ	12	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1
42	ANA CLARA REIS TORRES	12	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	0	1
43	EMERSON RODRIGUES DA SILVA	12	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0
44	GISELLE RENATA DIAS	12	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1
45	JÉSSICA ALVES DE REZENDE	11	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1
46	LUCAS AUGUSTO DE FARIA	11	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0
47	DAVID GUILHERME SIMÕES MEIJÓN MAGALHÃES	11	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0
48	PRYSCILLA GOMES MATIAS	11	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0
49	JÉSSICA RODRIGUES MATIAS	11	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1
50	ALMIR APARECIDO ASSUNÇÃO ALVES	11	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0



51	THALITA SILVEIRA CAMPOS	10	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0
52	ALINE ANGELICA COSTA TEIXEIRA	10	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0
53	TÂMARA SANTOS ANTUNES	10	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1
54	IASMIM STEFANE DA SILVA	10	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1
55	SABRINA GOMES GONÇALVES	9	1	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
56	VITÓRIA FACHIN PESSOA PEREIRA	9	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0
57	RAFAEL NUNES FERREIRA	9	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0
58	SARA LAIS ALEIXO	9	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0
59	KESIA MARA DE MIRANDA	9	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0
60	CESAR AUGUSTO BRAGA LOPES	9	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1
61	MARIA JULIA DE OLIVEIRA UGATTIS	9	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0
62	JESANA VALENTIM ALBUQUERQUE FERREIRA	9	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
63	RAQUEL BARBATO SILVA	9	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
64	GABRIELA GONÇALVES VIEIRA DO CARMO	9	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
65	MARILDA DAS MERCES BORGES	9	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0
66	SAMUEL PEREIRA DE FARIA	9	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
67	QUEILA TABUQUINI SOARES	8	1	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1
68	TÂNIA LUIZA COSTA DE MELO	8	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
69	LUANA HAI RIBEIRO LOPES	8	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
70	PABLO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	8	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1
71	RAPHAEL ÂNGELO DE FREITAS NUNES	8	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
72	JULIANA MELO NAVARRO	8	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
73	CLÁUDIA TATIANA MOREIRA AUGUSTO MARQUES	8	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0
74	DÉBORA LARISSA RESENDE DE OLIVEIRA	8	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
75	TAYNA KATHLEEN DE ALCÂNTARA	7	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
76	LAURA LUISA NEPOMUCENO LOPES CUNHA	7	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
77	CÍNTIA SILVA DE OLIVEIRA	7	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0



78	DAVID ALVES DOS SANTOS	7	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1
79	CAROLINE LEROY SILVA MOREIRA	7	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-	0	0
80	MIKAELA VITORIA SANTOS GOMES SOARES	7	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0
81	LEIDIANE ALVES DOS SANTOS	6	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
82	FRANCIELLY MIRANDA ARAUJO REIS	6	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
83	LARISSA GIOVANNA LACERDA LEOCÁDIO	6	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
84	SERGIO ROBERTO DA SILVA	6	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
85	BRUNA LUIZA IRIAS CACHOEIRA	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1
86	ROBSON DA SILVA LOPES	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
87	TAMARA CAROLINE DE SOUZA GONÇALVES	5	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
88	CYNTHIA MARA SILVA PEDRA	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0
89	NEIDE CIRIACA BATISTA BORGES	5	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
90	THAMIRES FERNANDES DE OLIVA	5	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
91	HELBERT FERNANDO DA COSTA	4	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
92	JOSIANE CRISTINA TAVARES	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
93	RAFAEL MAIA DE QUEIROZ	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
94	THAIS VIVIANE DA SILVEIRA	4	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
95	JÚLIA KELLY DA SILVA	3	-	-	-	-	-	1	-	0	1	1	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-
96	PALOMA STEFANE GUEDES LANA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
97	FREDERICO ROBERTO BATISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98	NAILDE DUTRA DA ROCHA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99	RITIELLY DOS SANTOS ROCHA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100	KENIA CAROLINA DE OLIVEIRA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
101	RENATA KAROLINE VIEIRA IZABEL	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
102	GABRIELLA RIBEIRO SOARES	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103	RHANDA GABRIELLY LUIZA DE OLIVEIRA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-